

Vítor Cóias e Silva

Presidente do GECORPA

Há muito por fazer na área do património arquitectónico

Vítor Cóias e Silva, 55 anos, Engenheiro Civil, é o presidente do GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico.

O GECORPA, as empresas, e o presente e futuro do sector, constituem as "pedras base" da entrevista que se segue.

Pedra & Cal - Qual é o objectivo da existência do GECORPA ?

Vítor Cóias e Silva - Fundamentalmente, valorizar o papel das empresas que exercem actividade relacionada com a conservação e restauro do património arquitectónico. Tendo em conta as limitações do próprio país, sobretudo se em comparação com outros países europeus, nomeadamente do norte da Europa, existe um conjunto de insuficiências que é necessário combater e ultrapassar.

P&C - De que forma ?

VCS - Uma primeira forma de actuação será através de acções de formação que contribuam para que, a todos os níveis, o potencial humano das empresas seja o mais bem aproveitado possível.

É preciso ter em conta que a preocupação com o património arquitectónico é uma coisa nova, adquirida há relativamente pouco tempo.

Por exemplo, o grande Coliseu de Roma, um dos paradigmas do património da própria humanidade, só teve as primeiras intervenções de restauro no século passado. Em Portugal, as primeiras vozes que se levantaram em defesa do património foram as de Ramalho Ortigão e Alexandre Herculano.

P&C - Passou entretanto muito tempo. Como é hoje em Portugal ?

VCS - A sociedade, de uma forma geral, já tomou consciência de que esse património existe e é algo de



muito importante que tem que ser preservado para as futuras gerações. Preservar, para travar o processo de deterioração, e restaurar, para devolver as formas e o aspecto de uma determinada época.

P&C - A intervenção das empresas nesse processo é, portanto, de grande responsabilidade. Há garantias quanto à capacidade das intervenções ?

VCS - Essa é uma questão muito pertinente. Na verdade, não é possível caminhar em direcção à excelência nas intervenções de conservação e restauro, sem que haja uma cuidada selecção das empresas.

Por mais especialistas, cientistas e catedráticos que existam, as intervenções são feitas através de empresas, e tem que haver certezas quanto à competência destas para intervir.

P&C - Mas, insisto. É possível ter garantias ?

VCS - Neste momento existe a legislação sobre alvarás. O Decreto-Lei 100/88 regula a concessão de "certificados" que são, ao mesmo tempo, atestados de competência autorizações para as empresas operarem naquela área.

Se a legislação fosse cumprida, as coisas estariam razoavelmente bem. Acontece que não é totalmente cumprida pois há uma grande permissividade quer na concessão, quer no acompanhamento e

revalidação, de que resulta o aparecimento de empresas que não possuem a necessária competência. Penso que o GECORPA tem um importante papel a desempenhar nesse contexto e pode, senão ele próprio funcionar como entidade qualificadora, pelo menos, colaborar com a comissão que existe neste momento, com vista a uma maior fiabilidade da qualificação.

P&C - E essa posição do GECORPA já chegou a quem de direito ?

VCS - Enviámos recentemente uma carta para a entidade que atribui os alvarás, a Comissão de Mercados de Obras Públicas e Particulares, na qual nos disponibilizamos para dar o nosso contributo, quer no quadro do actual sistema, quer na revisão dessa mesma legislação, que está em curso. Estou convicto que o conhecimento aprofundado que possuímos nesta matéria será aproveitado.

P&C - Até que ponto o mercado, em particular das obras públicas, exige esses alvarás ?

VCS - À face da lei, quando se abre um concurso para intervenções nesta área, os donos de obra devem exigir os alvarás. E fazem-no. Mas face ao deficiente funcionamento do sistema, têm de ir mais longe, substituindo-se à comissão, no sentido de terem garantias de tais qualificações. Ou seja, pedem nos processos de concurso que as empresas entreguem documentação que prove



"Preservar, para travar o processo de deterioração e restaurar, para devolver as formas e o aspecto de uma determinada época."



"Não é possível caminhar em direcção à excelência nas intervenções de conservação e restauro sem que haja uma cuidada selecção das empresas."



coisas que estas já deviam ter provado à comissão.

P&C - Há muitas empresas sem condições para actuar nesta área ?

VCS - Há de facto, um grande aventureirismo.

P&C - É uma situação preocupante?

VCS - Sim. Sem dúvida. Até porque o sistema de alvarás, tal como existe, quase que ignora, na prática, este sector.

Os monumentos e o património arquitectónico estão contemplados no actual sistema de alvarás, numa categoria denominada "edifícios e monumentos", na qual aparecem diversas subcategorias. Os monumentos nacionais aparecem como uma de entre 15 subcategorias, em paralelo com coisas como estruturas de betão armado ou pré-esforçado, estruturas metálicas ou

metalizadas, trabalhos em alvenaria, caixilharia de perfis de alumínio e vidros. Isto é, ao mesmo nível de importância.

Há, efectivamente, um desajustamento do sistema de alvarás, que se presta ao referido aventureirismo e oportunismo, de empresas sem qualificação para operar nesta área.

P&C - Há alguma intervenção comunitária ao nível da legislação?

VCS - A forma como é feita a qualificação das empresas que operam na área do património arquitectónico em toda a Europa é extremamente variada. Não há uniformidade, de acordo com um relatório do Conselho da Europa sobre as práticas de 27 países europeus, a que tive acesso.

O Conselho da Europa tem feito alguma coisa com vista à existência de uma entidade reguladora.

A Associação Europeia das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico (AEERPA), está a desenvolver um trabalho, em colaboração com o Conselho da Europa, no sentido de se caminhar para uma uniformidade da legislação. O próprio CEN - Comité Européen de Normalisation também desenvolve esforços nesse sentido.

P&C - Estamos afinal, a falar de que empresas ?

VCS - O universo de empresas a que o GECORPA se dirige, excede as que se dedicam exclusivamente à conservação e restauro do património arquitectónico.

Eu diria que há um grupo de 50 a uma centena de empresas, que constitui como que um núcleo central daquela que pode ser considerada a parte mais nobre do sector, que é a conservação e restauro do património arquitectónico. São empresas que têm uma estrutura que lhes permite funcionar como empreiteiros gerais. Mas há também as que se especializam em determinadas tarefas muito específicas como o restauro de peças escultóricas, pintura mural ou fresco ou, mesmo, o vitral.

São empresas que executam trabalhos de menor dimensão e orçamento, com uma actividade que não exige o mesmo tipo de

alvará, embora possam ter uma classificação diferente. Pela importância de que se revestem, nós pretendemos que venham a aderir ao GECORPA.

Depois, há um conjunto circundante deste chamado núcleo central, constituído pelas empresas que se dedicam à renovação urbana, ou se quisermos, à reabilitação em geral. São empresas que actuam em construções já existentes, construções antigas e



"Há património inventariado, cujo estado se conhece, mas sobre o qual não existe informação de base que permita projectar as intervenções necessárias"

bairros históricos, ou seja, património arquitectónico não classificado.

Também estas são potenciais associadas do nosso Grémio.

P&C - O universo de actuação do GECORPA é então esse ?

VCS - Sim, mas não só.

É preciso não esquecer os gabinetes de estudos de Arquitectura e Engenharia especificamente vocacionados para esta área que, como acontece nas

empresas já referidas, devem fazer prova de conhecimentos e competências apropriadas, no que toca à elaboração de projectos.

A obrigatoriedade de qualificação destes gabinetes é outro dos objectivos do GECORPA, o que vai ao encontro dos próprios profissionais desta área. Mas há ainda as empresas, a maior parte multinacionais, que se dedicam ao desenvolvimento de materiais próprios para utilização

VCS - Temos ainda muito por fazer. A começar pela necessidade de inventariar, pois não podemos salvar o que nem sabemos que existe. Reconheço que a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais tem feito um grande esforço de inventariação. Mas, de facto, é urgente fazer um reconhecimento, uma descrição e estabelecer prioridades quanto ao risco de perda do património, por forma a

Por outro lado, há património inventariado, cujo estado se conhece, mas sobre o qual não existe informação de base que permita projectar as intervenções necessárias.

Se tivéssemos recursos financeiros suficientes para actuar de acordo com as necessidades, verificar-se-ia que não existiam projectos em condições de avançar. E o que é mais grave é saber-se de serviços com responsabilidades nesta área



■ ■

“Estamos a falar de um sector que representa 30 milhões de contos/ano de obras da conservação e restauro adjudicadas, mais cerca de 180 milhões de contos/ano de reabilitação de edifícios”

■ ■

nestas actividades.

P&C - E qual é então a realidade actual do GECORPA em termos de associados ?

VCS - Até agora as nossas atenções foram canalizadas para as empresas que actuam em património classificado, pois é aí que as consequências de uma intervenção defeituosa podem ser desastrosas.

Mas existe, face ao que lhe apresentei, um enorme potencial de empresas que podem aderir ao nosso Grémio.

E é preciso ter em conta que estamos a falar de um sector que representa 30 milhões de contos/ano de obras de conservação e restauro, adjudicadas, e cerca de 180 milhões de contos/ano de reabilitação de edifícios, para lhe dar apenas estes dois exemplos.

P&C - Como está o património em Portugal ?

que os fundos disponíveis possam responder prioritariamente às situações de maior urgência.

que não conseguem utilizar a totalidade dos seus orçamentos, por não terem projectos credíveis em carteira.

P&C - Existe classificação para o património ?

VCS - Sim. Em Portugal existem três categorias de património arquitectónico: Os monumentos nacionais, os imóveis de interesse público e os valores concelhios.

As unidades que foram objecto dessa classificação, constituem actualmente o património arquitectónico propriamente dito. Mas, depois, há o património construído que também tem valor arquitectónico e apresenta condições para ser classificado.

Em Portugal há cerca de 3300 unidades classificadas, mas há umas 7000 que reúnem condições e que, mais cedo ou mais tarde, também serão classificadas.



“Reconheço que a DGEMN tem feito um grande esforço de inventariação”